

Expansion  
Transmissão de  
Energia Elétrica S.A.

**Demonstrações contábeis  
regulatórias em 31 de dezembro de  
2021 com relatório do auditor  
independente**

# Conteúdo

<b>Relatório de Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>6</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>14</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias</b>	<b>15</b>

## Relatório da Administração

**Prezados Acionistas,**

A **Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

### **1) A companhia**

A ETEE, é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

### **2) Setor elétrico – segmento de transmissão**

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	581,50
Tensão em kV:	500
Subestações acessadas:	3

### **3) Desempenho Financeiro**

#### **3.1) Receita**

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R165.593 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 119.904 (cento e dezenove milhões, novecentos e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

### 3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	11,51	2,87
• Liquidez corrente	1,88	1,06
• Relação patrimônio líquido/ativo	91,31%	65,21%
• Relação passivo não circulante/ativo	0,10%	1,30%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	24,94%	15,14%
• Relação lucro operacional/Patr. Líquido	33,27%	26,23%
Ativos totais	368.379	491.377
Lucro líquido do exercício	83.904	48.522

### 4) Governança corporativa

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva, e vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. A promoção de eventos para a criação de um bom ambiente de trabalho. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

A SGBH constituiu uma Divisão de Compliance e passou a implementar seu Programa de Compliance nas empresas do grupo. Desde o início de 2021, em respeito à legislação local e internacional relacionada ao compliance corporativo, a Companhia aprovou seu Código de Ética e Conduta Empresarial, implementou e continua implementando Políticas, Regras e Procedimentos de Conformidade, está promovendo a realização contínua de campanhas de comunicação e treinamentos, viabilizou o lançamento do Canal de Denúncias (externo e independente) e está conduzindo investigações internas. Além disso, o Programa de Compliance conta com apoio inequívoco da alta administração através da participação em treinamentos e comunicações internas.

Além disso a Companhia deu continuidade em sua gestão de riscos corporativos realizando o monitoramento dos riscos e reavaliando a sua matriz de forma a mantê-la atualizada e refletindo os seus riscos corporativos. Em 2021 também iniciou suas atividades centralizadas de controles internos e mapeamento de processos corporativos e realizou sua primeira auditoria interna com equipe própria local.

Nosso objetivo é o de buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

### 5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

## **6) Agradecimentos**

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 26 de Abril de 2022.

**A Administração**



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro  
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil  
Telefone +55 (21) 2207-9400  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas e Diretores da  
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2022.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

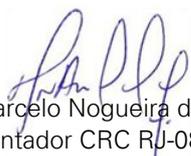
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

# Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	27.001	153.213
Concessionárias e permissionárias	8	16.717	13.140
Contas a receber - partes relacionadas	29	5.699	2.398
Estoques		2.242	2.221
Adiantamento a fornecedores		104	178
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	3.885	42
Outros impostos a recuperar	9	8	5
Outros ativos circulantes		3.901	2.791
		<u>59.557</u>	<u>173.988</u>
<b>Ativo não circulante</b>			
Impostos diferidos	18	91.058	101.270
Depósitos judiciais	10	31.917	21.706
Outros ativos não circulantes		598	591
Imobilizado não vinculado à concessão	11	674	833
Imobilizado	11	183.244	191.840
Intangível	12	1.331	1.149
		<u>308.822</u>	<u>317.389</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><b>368.379</b></u>	<u><b>491.377</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo circulante</b>			
Fornecedores – terceiros		399	162
Fornecedores - partes relacionadas	29	555	920
Financiamentos – terceiros	13	-	136.028
Tributos e contribuições sociais	14	20.624	17.905
Outros impostos a pagar	14	1.232	854
Taxas regulamentares	15	4.244	4.731
Dividendos propostos	20	-	668
Outros passivos circulantes	16	4.587	3.313
		<u>31.641</u>	<u>164.581</u>
<b>Passivo não circulante</b>			
Outras provisões - compensação ambiental		24	118
Provisão para contingências	17	339	337
Outros passivos não circulantes	19	-	5.925
		<u>363</u>	<u>6.380</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
	20		
Capital social		101.747	101.747
Reserva especial de ágio		168.700	168.700
Reserva de Lucros		144.765	109.411
Reserva Legal		16.979	16.979
Prejuízo acumulado		(95.816)	(76.421)
		<u>336.375</u>	<u>320.416</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>368.379</u></u>	<u><u>491.377</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	21	134.706	107.618
Custo de construção e operação	22	<u>(20.107)</u>	<u>(18.072)</u>
Lucro bruto		<u>114.599</u>	<u>89.546</u>
Despesas gerais e administrativas	23	(2.342)	(4.434)
Outras receitas operacionais líquidas	25	<u>(347)</u>	<u>(1.068)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>111.910</u>	<u>84.044</u>
Resultado financeiro	26	<u>2.555</u>	<u>(2.469)</u>
Receita financeira		1.671	3.720
Despesa financeira		<u>884</u>	<u>(6.189)</u>
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>114.465</u>	<u>81.575</u>
IRPJ e CSLL correntes	27	(20.349)	(22.841)
IRPJ e CSLL diferidos	18 e 27	<u>(10.212)</u>	<u>(10.212)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b><u>83.904</u></b>	<b><u>48.522</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

*(Em milhares de Reais)*

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Lucro líquido do exercício	<u>83.904</u>	<u>48.522</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total de outros resultados abrangentes</b>	<b><u>83.904</u></b>	<b><u>48.522</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Total
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>101.747</b>	<b>168.700</b>	<b>16.979</b>	<b>77.415</b>	<b>(58.143)</b>	<b>306.698</b>
Dividendos ref. a recalculo CPC 47 (nota explicativa 20)	-	-	-	(34.136)	-	(34.136)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.522	48.522
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 20)	-	-	-	66.132	(66.132)	-
Dividendos propostos (nota explicativa 20)	-	-	-	-	(668)	(668)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>101.747</b>	<b>168.700</b>	<b>16.979</b>	<b>109.411</b>	<b>(76.421)</b>	<b>320.416</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	83.904	83.904
Juros sobre capital próprio (nota explicativa 20)	-	-	-	-	(5.979)	(5.979)
Dividendos intermediários (nota explicativa 20)	-	-	-	(61.966)	-	(61.966)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (nota explicativa 20)	-	-	-	97.320	(97.320)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>101.747</b>	<b>168.700</b>	<b>16.979</b>	<b>144.765</b>	<b>(95.816)</b>	<b>336.375</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

# Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
<b>Lucro do exercício antes dos impostos</b>		<b>114.465</b>	<b>81.575</b>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros e variações monetárias dos empréstimos	13	278	3.907
Depreciação e amortização		11.152	10.909
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		(173)	(408)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	8	(37)	(26)
Provisão/reversão para contingências	17	2	(1.224)
Provisão para medidas compensatórias		6	(350)
Custo de transação de financiamento	13	24	143
Outras provisões		-	159
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(3.540)	6.850
Contas a receber - partes relacionadas		(3.302)	18.263
Estoques		(20)	(579)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(3.843)	2.523
Outros impostos a recuperar		(3)	(3)
Adiantamentos a fornecedores		74	288
Depósitos judiciais		(10.212)	(9.721)
Outros ativos		(1.117)	(20.247)
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(128)	(571)
Tributos e contribuições sociais		8.234	(549)
Taxas regulamentares		(487)	663
Compensação ambiental		(100)	(485)
Outros passivos		(4.651)	231
Juros pagos	13	(1.330)	(5.813)
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(21.851)	(15.800)
Outros impostos pagos		(4.532)	(3.673)
<b>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>78.909</b>	<b>66.062</b>
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível		(2.405)	398
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(2.405)</b>	<b>398</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos pagos	13	(135.000)	-
Dividendos pagos	20	(62.634)	(15.898)
Juros sobre capital próprio pagos	20	(5.082)	(14.102)
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(202.716)</b>	<b>(30.000)</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(126.212)</b>	<b>36.460</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>153.213</b>	<b>116.753</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício</b>		<b>27.001</b>	<b>153.213</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Informações gerais**

A Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“ETEE” e/ou “Companhia”), é uma companhia privada, de capital fechado, constituída em 5 de outubro de 2000 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - Sala 1509, Centro, Rio de Janeiro. Possui três filiais localizadas em Goiás, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de dezembro de 2002, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre Companhias investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-E.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

#### **1.1 Da concessão**

Em 31 de agosto de 2000 o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor de leilão público, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à Expansão da Interligação Norte-Sul. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 29 de novembro de 2000, foi publicado no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2000.

No dia 20 de dezembro de 2000, a Companhia assinou com a União o Contrato de Concessão nº 096/2000 - Expansão da Interligação Norte - Sul, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, distribuídas em áreas do Distrito Federal, de Goiás e Minas Gerais:

- (i) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Itumbiara, com extensão aproximada de 296 km, com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Itumbiara.
- (ii) Linha de Transmissão 500 kV Samambaia-Emborcação, com extensão aproximada de 285 km com origem na subestação 500 kV Samambaia e término na subestação 500 kV Emborcação.

#### **1.2 Receita anual permitida (RAP)**

A RAP foi determinada em aproximadamente R\$ 52.000 (cinquenta e dois milhões de reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 119.904 (cento e dezenove milhões, novecentos e quatro mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 165.593 (cento e sessenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e três mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) e está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

### **1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão**

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica

### **1.4 Coronavírus (COVID-19)**

#### ***Contexto geral***

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde

### ***Impacto nas demonstrações financeiras***

Além das medidas adotadas e listadas acima, a Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).

Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,8% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 0,2% em 2020 e 0,8% no exercício de 2021, nos montantes de R\$24 (vinte e quatro mil reais) e R\$ 130 (cento e trinta mil reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram autorizadas pela Administração em 26 de abril de 2022.

### **2.2 Uso de estimativas e julgamentos**

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis regulatórias foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis regulatórias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

### **2.3 Conversão de saldos em moeda estrangeira**

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.4 Classificação circulante versus não circulante**

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

## **3 Resumo das principais práticas contábeis regulatórias**

As práticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

### **3.1 Ativo imobilizado**

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

### **3.2 Ativo intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

### **3.3 Reconhecimento de receita**

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

## **4 Resumo das práticas contábeis regulatórias (regulatórias e societárias)**

### **4.1 Caixa e equivalentes de caixa**

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

### **4.2 Concessionárias e permissionárias**

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;

- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

#### **4.3 Estoques**

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

#### **4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

#### **4.5 Impostos**

##### ***Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica***

As receitas da Transmissão de Energia Elétrica estão sujeitas ao PIS – Programa de Integração Social, com alíquota de 0,65%, e à COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, com alíquota de 3%. Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

##### ***Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) – Impostos Correntes***

A tributação pela sistemática do Lucro Real considera o Lucro Contábil ajustado segundo as regras tributárias dispostas pela legislação. Sobre o lucro tributável incide o IRPJ à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela que exceder R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) no ano e a CSLL à alíquota de 9%.

### **Impostos diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

#### **4.6 Provisões para contingências**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

#### **4.8 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

#### **4.9 Apuração do resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### **4.10 Instrumentos financeiros**

##### **a. Ativos financeiros**

- **Classificação e mensuração** – Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
  - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
  - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
  - **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) relevantes a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

**b. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**4.11 Transação com partes relacionadas**

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

**4.12 Fluxo de caixa**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

**5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) **Contratos onerosos** - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.

- (b) **Reforma de taxas de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.
- (c) **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
  - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
  - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
  - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
  - CPC 32 Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia

Adicionalmente, em 18 de maio de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022

## 6 Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário e demonstração do resultado

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo</b>							
<b>Ativo circulante</b>		<b>59.557</b>	<b>124.603</b>	<b>184.160</b>	<b>173.988</b>	<b>99.542</b>	<b>273.530</b>
Caixa e equivalentes de caixa		27.001	-	27.001	153.213	-	153.213
Concessionárias e permissionárias		16.717	-	16.717	13.140	-	13.140
Contas a receber – partes relacionadas		5.699	-	5.699	2.398	-	2.398
Estoques		2.242	-	2.242	2.221	-	2.221
Adiantamentos a fornecedores		104	-	104	178	-	178
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.885	-	3.885	42	-	42
Outros impostos a recuperar		8	-	8	5	-	5
Ativos de contrato	a	-	124.603	124.603	-	99.542	99.542
Outros ativos circulantes		3.901	-	3.901	2.791	-	2.791
<b>Ativo não circulante</b>		<b>308.822</b>	<b>58.710</b>	<b>367.532</b>	<b>317.389</b>	<b>47.867</b>	<b>365.256</b>
Ativos de contrato	a	-	241.239	241.239	-	240.211	240.211
Impostos diferidos		91.058	-	91.058	101.270	-	101.270
Depósitos Judiciais		31.917	-	31.917	21.706	-	21.706
Outros ativos não circulantes		598	-	598	591	-	591
Imobilizado não vinculado à concessão		674	-	674	833	(833)	-
Imobilizado	b	183.244	(181.599)	1.645	191.840	(190.554)	1.286
Intangível	b	1.331	(930)	401	1.149	(957)	192
		<b>368.379</b>	<b>183.313</b>	<b>551.692</b>	<b>491.377</b>	<b>147.409</b>	<b>638.786</b>

*Expansion Transmissão  
de Energia Elétrica S.A.  
Demonstrações contábeis  
regulatórias em  
31 de dezembro de 2021*

Nota	31/12/2021			31/12/2020		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Passivo</b>						
<b>Passivo circulante</b>	<b>31.641</b>	-	<b>31.641</b>	<b>164.581</b>	-	<b>164.581</b>
Fornecedores –terceiros	399	-	399	162	-	162
Fornecedores – partes relacionadas	555	-	555	920	-	920
Financiamentos – terceiros	-	-	-	136.028	-	136.028
Imposto de renda e contribuição social a pagar	20.624	-	20.624	17.905	-	17.905
Outros impostos a pagar	1.232	-	1.232	854	-	854
Taxas regulamentares	4.244	-	4.244	4.731	-	4.731
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	-	-	-	668	-	668
Outros passivos circulantes	4.587	-	4.587	3.313	-	3.313
<b>Passivo não circulante</b>	<b>363</b>	<b>105.635</b>	<b>105.998</b>	<b>6.380</b>	<b>89.126</b>	<b>95.506</b>
Financiamentos – terceiros	-	-	-	-	-	-
Outras provisões - compensação ambiental	24	-	24	118	-	118
Provisão para contingências	339	-	339	337	-	337
Impostos diferidos	-	105.635	105.635	-	89.126	89.126
Outros passivos não circulantes	-	-	-	5.925	-	5.925
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>336.375</b>	<b>77.678</b>	<b>414.053</b>	<b>320.416</b>	<b>58.283</b>	<b>378.699</b>
Capital social	101.747	-	101.747	101.747	-	101.747
Reservas especial de ágio	168.700	-	168.700	168.700	-	168.700
Reserva de lucros	144.765	(18.138)	126.627	109.411	(18.138)	91.273
Reserva legal	16.979	-	16.979	16.979	-	16.979
Prejuízo acumulado	(95.816)	95.816	-	(76.421)	76.421	-
	<b>368.379</b>	<b>183.313</b>	<b>551.692</b>	<b>491.377</b>	<b>147.409</b>	<b>638.786</b>

*Expansion Transmissão  
de Energia Elétrica S.A.  
Demonstrações contábeis  
regulatórias em  
31 de dezembro de 2021*

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	134.706	25.136	159.842	107.618	8.633	116.251
Custo de construção e operação	e	(20.107)	9.814	(10.293)	(18.072)	10.597	(7.475)
Lucro bruto		<b>114.599</b>	<b>34.950</b>	<b>149.549</b>	<b>89.546</b>	<b>19.230</b>	<b>108.776</b>
Despesas gerais e administrativas		(2.342)	-	(2.342)	(4.434)	-	(4.434)
Outras despesas operacionais líquidas		(347)	-	(347)	(1.068)	-	(1.068)
Resultado antes do resultado financeiro		<b>111.910</b>	<b>34.950</b>	<b>146.860</b>	<b>84.044</b>	<b>19.230</b>	<b>103.274</b>
Resultado financeiro		<b>2.555</b>	-	<b>2.555</b>	<b>(2.469)</b>	-	<b>(2.469)</b>
Receita financeira		1.671	-	1.671	3.720	-	3.720
Despesa financeira		884	-	884	(6.189)	-	(6.189)
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<b>114.465</b>	<b>34.950</b>	<b>149.415</b>	<b>81.575</b>	<b>19.230</b>	<b>100.805</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	c	(20.349)	-	(20.349)	(22.841)	-	(22.841)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	(10.212)	(15.556)	(25.768)	(10.212)	(953)	(11.165)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>83.904</b>	<b>19.394</b>	<b>103.298</b>	<b>48.522</b>	<b>18.277</b>	<b>66.799</b>

## 6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Patrimônio Líquido Societário</b>	<b><u>414.053</u></b>	<b><u>378.699</u></b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(365.842)	(339.753)
Impostos Diferidos Ativos	-	-
Imobilizado não vinculado	-	833
Intangível não vinculado	-	-
Imobilizado	181.599	190.554
Intangível	930	957
Impostos Diferidos Passivos	<u>105.635</u>	<u>89.126</u>
<b>Patrimônio Líquido Regulatório</b>	<b><u><u>336.375</u></u></b>	<b><u><u>320.416</u></u></b>

## 6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Lucro Líquido Societário</b>	<b><u>103.299</u></b>	<b><u>66.800</u></b>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(107.450)	(104.022)
Margem de construção	123.707	94.439
Ajuste receitas variáveis	(41.366)	673
PIS/COFINS Diferido	952	327
Depreciação regulatória	(10.794)	(10.647)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>15.556</u>	<u>952</u>
<b>Lucro Líquido Regulatório</b>	<b><u><u>83.904</u></u></b>	<b><u><u>48.522</u></u></b>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

### a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

#### *Ativo de Contrato*

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

**b. Imobilizado e intangível**

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

**c. Impostos diferidos**

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

**d. Receita**

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas demonstrações contábeis regulatórias apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

**e. Custo de operação e manutenção e custo de construção**

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras societárias baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas demonstrações contábeis regulatórias os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

**7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa	1	1
Banco	2.292	1.674
Aplicações financeiras (i)	24.708	151.538
	<b>27.001</b>	<b>153.213</b>

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras em grande parte por meio da participação em CDBs e um pequeno montante no fundo de investimento Safra Executive Max Renda Fixa. Os CDBs e o Fundo de Investimento podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e obteve uma remuneração média em 2021 de 102,7% CDI. A redução no período foi decorrente principalmente a pagamentos que a Companhia efetuou no exercício de 2021 referente a liquidação de debentures e pagamento de dividendos e Juros sobre capital próprio

**8 Concessionárias e permissionárias**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
A vencer	14.940	11.081
Vencidas até 30 dias	11	11
Vencidas até 60 dias	1	4
Vencidas até 90 dias	1	3
Vencidas até 120 dias	5	-
Vencidas até 180 dias	2	-
Vencidas há mais de 180 dias	1.796	2.117
	16.756	13.216
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(39)	(76)
	<b>16.717</b>	<b>13.140</b>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue abaixo movimentação da PCLD:

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Saldo em 1º de janeiro	(76)	(102)
Reversão	45	31
Adição	<u>(8)</u>	<u>(5)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<b><u>(39)</u></b>	<b><u>(76)</u></b>

## 9 Impostos a recuperar

### Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
IRPJ saldo negativo (i)	2.687	-
CSLL saldo negativo (i)	<u>1.198</u>	<u>42</u>
	<b><u>3.885</u></b>	<b><u>42</u></b>

### Outros impostos a recuperar

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Pis /Cofins e CSLL	4	3
ISS a recuperar	<u>4</u>	<u>2</u>
	<b><u>8</u></b>	<b><u>5</u></b>

- (i) Variação refere-se saldo negativo de IR e CS de 2018, 2019 e 2020 devido a alteração da ECF em 2021.

## 10 Depósitos judiciais

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Depósitos Judiciais (i)	<u>31.917</u>	<u>21.706</u>
	<b><u>31.917</u></b>	<b><u>21.706</u></b>

- (i) Variação refere-se substancialmente a novos depósitos judiciais fiscais efetuados em 2021 decorrente do andamento do processo de uma ação ordinária a fim de discutir o direito de amortizar o ágio decorrente de incorporação das Companhias ETEE e ETIM.

## 11 Imobilizado

### 11.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Ativo imobilizado em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>368.152</b>	-	(175)	1.813	<b>369.790</b>	<b>1.638</b>	<b>(194.071)</b>	<b>175.719</b>	<b>184.672</b>
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.666	-	-	-	4.666	-	(3.112)	1.554	1.708
Máquinas e equipamentos	362.598	-	-	1.565	364.163	1.565	(190.370)	173.793	182.757
Veículos	672	-	(175)	248	745	73	(406)	339	164
Móveis e utensílios	216	-	-	-	216	-	(183)	33	43
<b>Administração</b>	<b>896</b>	-	-	<b>1.261</b>	<b>2.157</b>	<b>1.261</b>	<b>(666)</b>	<b>1.491</b>	<b>404</b>
Máquinas e equipamentos	356	-	-	1.261	1.617	1.261	(286)	1.331	201
Veículos	490	-	-	-	490	-	(346)	144	184
Móveis e utensílios	50	-	-	-	50	-	(34)	16	19
	<b>369.048</b>	-	(175)	<b>3.074</b>	<b>371.947</b>	<b>2.899</b>	<b>(194.737)</b>	<b>177.210</b>	<b>185.076</b>
<b>Ativo imobilizado em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>6.715</b>	<b>1.177</b>	(172)	(1.837)	<b>5.883</b>	(832)	-	<b>5.883</b>	<b>6.715</b>
Máquinas e equipamentos	68	232	(124)	(125)	51	(17)	-	51	68
Outros	6.647	945	(48)	(1.712)	5.832	(815)	-	5.832	6.647
<b>Administração</b>	<b>49</b>	<b>1.400</b>	(61)	(1.237)	<b>151</b>	<b>102</b>	-	<b>151</b>	<b>49</b>
Máquinas e equipamentos	33	1.400	(61)	(1.237)	135	102	-	135	33
Outros	16	-	-	-	16	-	-	16	16
	<b>6.764</b>	<b>2.577</b>	(233)	(3.074)	<b>6.034</b>	(730)		<b>6.034</b>	<b>6.764</b>
<b>Ativo imobilizado</b>	<b>375.812</b>	<b>2.577</b>	(408)	-	<b>377.981</b>	<b>2.169</b>	<b>(194.737)</b>	<b>183.244</b>	<b>191.840</b>
<b>Ativo não vinculado</b>									
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	1.580	-	-	-	1.580	-	(906)	674	833
<b>Ativo não vinculado</b>	<b>1.580</b>	-	-	-	<b>1.580</b>	-	<b>(906)</b>	<b>674</b>	<b>833</b>

## 11.2 Taxas de depreciação

	Taxas anuais médias de depreciação (%) (i)	31/12/2021		31/12/2020	
		Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>					
Transmissão	7,81%	369.790	(194.071)	175.719	184.672
Administração	7,51%	2.157	(666)	1.491	404
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	1.580	(906)	674	833
		<b>373.527</b>	<b>(195.643)</b>	<b>177.884</b>	<b>185.909</b>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
<b>Imobilizado - transmissão</b>	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Pára-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%

**Administração central**

	<b>Taxas anuais de depreciação e amortização (%)</b>
Equipamentos de informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Móveis e utensílios	6,25%
Máquinas e equipamentos	<u>10,00%</u>
<b>Imobilizado não vinculado à concessão</b>	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	<u>20,00%</u>

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

### **11.3 Principais adições do ativo imobilizado em curso em 2021**

<b>Transmissão</b>	<b>Valor</b>
Máquinas e Equipamentos	232
Veículos	210
Desenvolvimento de Projetos	734
	<u><u>1.177</u></u>

### **11.4 Principais baixas do ativo imobilizado em curso em 2021**

<b>Transmissão</b>	<b>Valor</b>
Máquinas e Equipamentos	(124)
Outros	(48)
	<u><u>(172)</u></u>

## 11.5 Principais adições do ativo imobilizado em serviço 2021

Transmissão	Grupo	Valor
ESTRUTURA METALICA PARA TORRES DE TRANSMISSAO	Máquinas e equipamentos	1.464
AR CONDICIONADO - GWC12QC-D3NNB4A/I - UNIDADE INTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	2
AR CONDICIONADO CONF - GWC12QC-D3NNB4A/O - UNIDADE EXTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	3
AR CONDICIONADO - GWC24QE-D3NNB4B/I - UNIDADE INTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	7
AR CONDICIONADO - GWC24QE-D3NNB4B/O - UNIDADE EXTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	12
AR CONDICIONADO - GU36ZD/A-D(B) - UNIDADE INTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	3
AR CONDICIONADO - GUL36H/A-H(B) - UNIDADE EXTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	4
AR CONDICIONADO - GWC24QE-D3NNB4B/I - UNIDADE INTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	1
AR CONDICIONADO - GWC24QE-D3NNB4B/O - UNIDADE EXTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	2
AR CONDICIONADO - GWC24QE-D3NNB4B/I - UNIDADE INTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	6
AR CONDICIONADO - GWC24QE-D3NNB4B/O - UNIDADE EXTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	8
SENSOR TOWER DEVIATION	Máquinas e equipamentos	53
GOL 1.0MPI - 4 PORTAS -FLEX 2019	Veículos	40
MARCA TOYOTA - CAMINHONETE,TP CARROCERIA: CARROCERIA ABERTA/CABINE DUPLA,TP DIRECAO	Veículos	<u>207</u>
<b>Administração</b>	<b>Grupo</b>	<b>Valor</b>
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL VOSTRO 14 5402	Máquinas e equipamentos	9
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420	Máquinas e equipamentos	185
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420	Máquinas e equipamentos	178
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420	Máquinas e equipamentos	297
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL LATITUDE 14 5420	Máquinas e equipamentos	297
TRAVA DE SEGURANCA COM CADEADO KENSINGTON N17	Máquinas e equipamentos	28
CONJUNTO DELL PRO WIRELESS COMPOSTO POR TECLADO E MOUSE KM5221W	Máquinas e equipamentos	36
BASTIDOR UNIFIED P/ 8GSM - 1U - TRADUTOR P/ INTERCONEXAO DE REDE(GATEWAY) C/TECNOLOGIA CELULAR MGC-22E 3G (PM5)	Máquinas e equipamentos	20
TELEFONE IP UNIFY OPENScape DESK PHONE CP100-ABRACADEIRA VELCRO COM 3 METROS-FITA CONVENCIONAL 9MM PT/BR TZE 221	Máquinas e equipamentos	25
MICROCOMPUTADOR PORTATIL DELL PRECISION 3551	Máquinas e equipamentos	13
SUPORTE TECNICO EM INFORMATICA	Máquinas e equipamentos	31
SUPORTE TECNICO EM INFORMATICA	Máquinas e equipamentos	32
SUPORTE TECNICO EM INFORMATICA	Máquinas e equipamentos	53
SUPORTE TECNICO EM INFORMATICA	Máquinas e equipamentos	53
CORDAO DUPLEX CONECTORIZADO (50) LC-UPC/LC-UPC 20MTS	Máquinas e equipamentos	<u>4</u>

## 11.6 Principais baixas do ativo imobilizado em serviço 2021

Transmissão	Grupo	Valor
NISSAN MODELO: NOVA FRONTIER VERSAO: MBU XE 4X4 MT 2012/2013	Veículos	(65)
NISSAN MODELO: NOVA FRONTIER VERSAO XE 4X4, MOTOR: YD25765162B	Veículos	(22)
NISSAN MODELO: NOVA FRONTIER VERSAO: MBU XE 4X4 MT 2012/2013	Veículos	(65)
NISSAN MODELO: NOVA FRONTIER VERSAO XE 4X4, N° MOTOR YD25765575B	Veículos	<u>(23)</u>

## 12 Intangível

### 12.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)- (b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Ativo intangível em serviço</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>923</b>	-	-	-	<b>923</b>	-	<b>(94)</b>	<b>829</b>	<b>857</b>
Servidões	766	-	-	-	766	-	-	766	766
Softwares	157	-	-	-	157	-	(94)	63	91
<b>Administração</b>	<b>232</b>	<b>37</b>	-	<b>103</b>	<b>372</b>	<b>140</b>	<b>(186)</b>	<b>186</b>	<b>74</b>
Intangível	87	-	-	-	87	-	(40)	47	69
Direito, Marcas e Patentes	-	37	-	-	37	37	-	37	-
Softwares	145	-	-	103	248	103	(146)	102	5
	<b>1.155</b>	<b>37</b>	-	<b>103</b>	<b>1.295</b>	<b>140</b>	<b>(280)</b>	<b>1.015</b>	<b>931</b>
<b>Ativo intangível em curso</b>									
<b>Transmissão</b>	<b>101</b>	-	-	-	<b>101</b>	-	-	<b>101</b>	<b>99</b>
Softwares	101	-	-	-	101	-	-	101	99
<b>Administração</b>	<b>119</b>	<b>199</b>	-	<b>(103)</b>	<b>215</b>	<b>96</b>	-	<b>215</b>	<b>119</b>
Servidão									
Softwares	119	199	-	(103)	215	96	-	215	119
	<b>220</b>	<b>199</b>	-	<b>(103)</b>	<b>316</b>	<b>96</b>	-	<b>316</b>	<b>218</b>
<b>Ativo Intangível</b>	<b>1.375</b>	<b>236</b>	-	-	<b>1.611</b>	<b>236</b>	<b>(280)</b>	<b>1.331</b>	<b>1.149</b>

## 12.2 Taxas de amortização

		<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Taxas anuais médias de amortização (%)	Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Intangível em serviço</b>					
Transmissão	0,15%	923	(94)	829	857
Administração	10,00%	372	(186)	186	74
		<u>1.295</u>	<u>(280)</u>	<u>1.015</u>	<u>931</u>

Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

## 12.3 Principais adições do ativo intangível em curso em 2021

Administração	Valor
Softwares	199
	<u>199</u>

## 12.4 Principais adições do ativo intangível em serviço 2021

Descrição do bem	Grupo	Valor
<b>Administração</b>		
1 LICENÇA SERVIDOR DE GRAVACAO	Softwares	16
2 LICENÇA DE USO RAMAL IP	Softwares	25
3 SERVIÇO DE AMPLICACAO DO SOFTSWITCH	Softwares	60
4 PONTOWEB	Softwares	<u>2</u>
		<u>103</u>

## 12.5 Principais baixas do ativo intangível em serviço 2021

Não houve baixa de ativo intangível em serviço no exercício de 2021.

## 13 Empréstimos e financiamentos

### a. Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantias	Encargos	31/12/2021	31/12/2020
Debêntures	mar/18	fev/21	Fidejussória	105% da Taxa DI	-	136.028
					<u>-</u>	<u>136.028</u>
Circulante					-	136.028
Não circulante					<u>-</u>	<u>-</u>
					<u>-</u>	<u>136.028</u>

**b. Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2020	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2021
Debêntures	136.028	278	(1.330)	-	(135.000)	24	-
<b>Total</b>	<b>136.028</b>	<b>278</b>	<b>(1.330)</b>	<b>-</b>	<b>(135.000)</b>	<b>24</b>	<b>-</b>

Financiador	Saldo inicial Bruto 31/12/2019	Juros, variação monetária e cambial	Liquidação juros	Novas captações	Liquidação principal	Custo de transação a amortizar	Saldo final Bruto 31/12/2020
Debêntures	137.791	3.907	(5.813)	-	-	143	136.028
<b>Total</b>	<b>137.791</b>	<b>3.907</b>	<b>(5.813)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>143</b>	<b>136.028</b>

Em 08 de fevereiro de 2018, foi assinada a Escritura Particular da Primeira Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. e desembolsado em 14 de março de 2018 o valor de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais), sendo a amortização bullet, em 08 de fevereiro de 2021.

A partir da data de emissão, incidirá sobre o valor nominal unitário a taxa de juros equivalente a 105% do CDI.

Conforme Escritura, o pagamento dos juros foi realizado semestralmente, a partir de 08 de agosto de 2018 até o vencimento, em 08 de fevereiro de 2021. Na devida data de vencimento ocorreu a liquidação total desse empréstimo no valor de R\$135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) de principal e R\$ 1.329 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil reais) de juros.

**c. Covenants**

A emissão das debêntures conta com 100% de garantia fidejussória (fiança corporativa) da State Grid Brasil Holding (SGBH). Nesta debênture não há cláusulas de *covenants* financeiros.

## 14 Impostos e contribuições sociais a pagar

### Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ (i)	15.268	13.211
CSLL (i)	<u>5.356</u>	<u>4.694</u>
	<b><u>20.624</u></b>	<b><u>17.905</u></b>
PIS	84	63
COFINS	389	295
INSS	381	219
FGTS a pagar	152	82
IRRF retido na fonte	79	76
ISS	73	42
Outros	<u>74</u>	<u>77</u>
	<b><u>1.232</u></b>	<b><u>854</u></b>

- (i) Variação refere-se a mudança ocorrida nos exercícios de 2021 e 2020 em algumas premissas da base de cálculo de apuração (ICPC 01) gerando impacto no imposto de renda e contribuição social a pagar.

## 15 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	(960)	(1.014)
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	100	87
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	<u>5.104</u>	<u>5.658</u>
	<b><u>4.244</u></b>	<b><u>4.731</u></b>

(ii) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 235 (duzentos e trinta e cinco mil reais).

(iii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 592 (quinhentos e noventa e dois mil reais).

(iv) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

## 16 Outros passivos circulantes

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Provisão de férias (i)	2.143	1.633
Provisão de Bônus (i)	2.007	1.403
IRRF funcionários	437	274
Outros	<u>-</u>	<u>3</u>
	<u><b>4.587</b></u>	<u><b>3.313</b></u>

- (i) Variação refere-se substancialmente nas admissões ocorridas em 2021 e alteração na premissa utilizada no cálculo para provisão de bônus.

## 17 Provisão para contingências

### Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

<b>Natureza</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fiscal	277	275
Servidões	<u>62</u>	<u>62</u>
	<u><b>339</b></u>	<u><b>337</b></u>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	<b>Fiscais</b>	<b>Servidões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u>275</u>	<u>62</u>	<u>337</u>
Adições e reversões, líquidas (i)	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<u><b>277</b></u>	<u><b>62</b></u>	<u><b>339</b></u>

	<b>Fiscais</b>	<b>Servidões</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.561</b>	-	<b>1.561</b>
Adições e reversões, líquidas	(1.286)	62	(1.224)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>275</b>	<b>62</b>	<b>337</b>

- (i) As adições ocorreram, basicamente, em razão da movimentação dos processos, com ocorrência de decisão judicial. Portanto, não houve conversão de valores em favor da Companhia; e as provisões constituídas referem-se ações judiciais envolvendo servidão de passagem, e a ações judiciais e processos administrativos fiscais, de inadimplência no momento da compra da Companhia e que discutem diversos tributos, tais como, ICMS e ISS.

### **Contingências possíveis (não provisionadas)**

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, ambientais e servidão, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal (i)	8.974	8.890
Ambiental (ii)	140	140
Servidão (iii)	1.098	1.098
	<b>10.212</b>	<b>10.128</b>

- (i) **Processos Fiscais:** Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, relativos a IRPJ e CSLL envolvendo suposta diferença de imposto a recolher, no caso do IRPJ, e suposto não recolhimento incidente sobre a base de cálculo estimada. Aguarda-se julgamento ainda de recurso voluntário ainda na fase administrativa pela Receita Federal. Os temas aqui referidos são tratados nos autos dos processos seguintes: 11052.001292/2010-99 e 12448.916708/2010-94, ambos do Rio de Janeiro, RESP 1389004 de Goiás, e 07.1.080020110327-96 e 11707.720783/2017-67, ambos do Distrito Federal.
- (ii) **Processos ambientais:** Referem-se a ações administrativas ou judiciais e/ou autos de infração de natureza ambiental recebidos pela Companhia, nos quais se discute, por exemplo, condicionantes de licenças. Destaca-se o Processo nº 1001061-88.2017.4.01.3500, com contingência de R\$ 140 (cento e quarenta mil reais) que é uma ação anulatória de auto de infração ajuizada pela Companhia contra multa aplicada pelo IBAMA Goiás, e a Companhia venceu em juízo em abril de 2018, porém o IBAMA interpôs recurso que aguarda julgamento.
- (iii) **Servidões:** Referem-se a ações ajuizadas pela Companhia para implementar servidão administrativa de passagem em áreas específicas (fração de imóveis) onde são instaladas as torres de transmissão de energia elétrica.

## **18 Impostos diferidos**

Os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-E, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram. Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia.

	31/12/2021	31/12/2020
IR e CSLL Diferidos ativos (crédito fiscal incorporação)	91.058	101.270
	<b>91.058</b>	<b>101.270</b>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	<b>Ativo</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u><b>101.270</b></u>
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(10.212)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<u><b>91.058</b></u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<u><b>111.482</b></u>
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(10.212)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<u><u><b>101.270</b></u></u>

## 19 Outros passivos não circulantes

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Outras provisões passivas (i)	-	3.872
Atualização monetária (i)	<u>-</u>	<u>2.053</u>
	<u>-</u>	<u><b>5.925</b></u>

- (i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN

## 20 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 101.747 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil reais) dividido em 101.747.039 (cento e um milhões, setecentos e quarenta e sete mil e trinta e nove) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<b>2021 e 2020</b>
State Grid Brazil Holding S. A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	<u>0,01%</u>
	<u><b>100%</b></u>

### b. Reserva especial de ágio

A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-E na ETEE em 31 de outubro de 2017.

**c. Reserva legal**

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido.

**d. Reserva de retenção de lucros**

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

**e. Dividendos e juros sobre capital próprio**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício - societário	103.299	66.800
Base de cálculo para os dividendos	<u>103.299</u>	<u>66.800</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>1.033</u>	<u>668</u>
Juros sobre capital próprio	<u>(5.979)</u>	<u>-</u>

Através da Assembleia Geral Ordinária realizada em 08 de julho de 2020, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos adicionais referentes à reserva de lucros no valor de R\$ 15.898 (quinze milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais). Esse montante foi pago em 06 de agosto de 2020. Em 2020 houve ajuste na conta de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 18.238 (dezoito milhões, duzentos e trinta e oito mil reais) devido a reapresentação das demonstrações financeiras de 01/01/2018 e 31/12/2018 referente a adoção do CPC 47. A ata de distribuição de resultado de 08 de julho de 2020 já está contemplando esse valor no saldo de reserva de lucros.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 47.945 (quarenta e sete milhões, novecentos e quarenta e cinco mil reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020, foi pago nos meses de agosto e novembro de 2021 totalizando R\$ 48.613 (quarenta e oito milhões, seiscentos e treze mil reais).

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 14.020 (quatorze milhões vinte mil reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

Através da ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2021, a Administração aprovou o pagamento de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 5.979 (cinco milhões novecentos e setenta e nove mil reais) referente ao exercício social de 2021. O valor do imposto de renda devido sobre os juros sobre capital próprio foi de R\$ 896 (oitocentos e noventa e seis mil reais) o que gerou um valor líquido a pagar de R\$5.082 (cinco milhões, oitenta e dois mil reais). Esse montante foi totalmente pago em dezembro de 2021. Devido ao valor de juros sobre capital próprio ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

## 21 Receita operacional líquida

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Receita operacional bruta (i)</b>	<b>144.334</b>	<b>115.009</b>
Receita de rateio de antecipação	(692)	(2.147)
Receita de encargos de transmissão	135.822	111.097
Receita de novas obras RBNI	6.927	5.139
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(2.878)	(2.739)
Indisponibilidade de equipamentos	-	(64)
Descontos Incidentes na TUST	5.155	3.723
<b>Deduções da receita operacional</b>	<b>(9.628)</b>	<b>(7.391)</b>
PIS	(938)	(748)
COFINS	(4.330)	(3.450)
P&D	(1.347)	(1.076)
RGR	(2.498)	(1.699)
TFSEE	(515)	(418)
	<b>134.706</b>	<b>107.618</b>

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em julho/2021

## 22 Custo da operação

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Pessoal	(6.321)	(5.420)
Material	(649)	(376)
Serviços de terceiros (i)	(1.364)	(875)
Depreciação e amortização	(10.794)	(10.647)
Gastos diversos	(760)	(555)
Outros	(219)	(199)
	<b>(20.107)</b>	<b>(18.072)</b>

(i) Variação refere-se substancialmente a gastos com recuperação de áreas degradadas pois durante o período da inspeção preventiva anual ao longo da ETEE, foram levantados pontos de acessos com erosões e acessos inexistentes devido a decorrência das chuvas e crescimento do capim ou desmatamento feito por proprietários, onde identificamos alguns acessos que necessitam de recuperação e definição dos mesmos, para que possamos ter uma boa locomoção até a torre visitada.

## 23 Despesas gerais e administrativas

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Pessoal	(3.484)	(3.275)
Administradores	(270)	(474)
Material	(107)	(92)
Serviços de terceiros	(788)	(607)
Arrendamentos e aluguéis	(115)	(98)
Doações	(726)	(440)
Provisão/reversão (i)	3.898	1.333
Tributos	(3)	(5)
Depreciação e amortização	(199)	(99)
Outras	(548)	(677)
	<u><b>(2.342)</b></u>	<u><b>(4.434)</b></u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN

## 24 Despesas com pessoal

<b>Pessoal - operação</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Remuneração	(4.063)	(3.405)
Encargos	(1.387)	(1.160)
Outros Benefícios - Corrente	(700)	(820)
Previdência Privada	(96)	-
Outros	(75)	(35)
	<u><b>(6.321)</b></u>	<u><b>(5.420)</b></u>
<b>Pessoal - administração</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Remuneração	(1.974)	(1.712)
Encargos	(775)	(748)
Benefícios	(383)	(397)
Previdência Privada	(30)	-
Administradores	(270)	(474)
Outros	(322)	(418)
	<u><b>(3.754)</b></u>	<u><b>(3.749)</b></u>
	<u><u><b>(10.075)</b></u></u>	<u><u><b>(9.169)</b></u></u>

## 25 Outras despesas/receitas operacionais

Neste grupo apresentamos as atividades não vinculadas a concessão conforme abaixo

	31/12/2021	31/12/2020
Rendas da prestação de serviços (i)	790	14
Demais receitas e rendas (ii)	102	30
Pessoal	(248)	(294)
Depreciação	(159)	(163)
Tributo sobre a receita	(84)	(4)
Serviços de O&M	(687)	(528)
Outros	(61)	(123)
	<u>(347)</u>	<u>(1.068)</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a provisão da receita de dispêndios (reembolso do custo dos estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia Silvéria Transmissora de Energia nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995).
- (ii) Variação refere-se substancialmente ao ganho na alienação de veículos totalmente depreciados.

## 26 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita financeira</b>	<u>1.671</u>	<u>3.720</u>
Receitas de aplicações financeiras	1.434	3.333
Outras receitas financeiras	318	568
Tributos sobre receitas financeiras	(81)	(181)
<b>Despesa financeira</b>	<u>884</u>	<u>(6.189)</u>
Juros sobre empréstimos - terceiros (i)	(278)	(3.908)
Juros e multas (ii)	(542)	(2.239)
Outras despesas financeiras (iii)	1.704	(42)
	<u>2.555</u>	<u>(2.469)</u>

- (i) Variação refere-se na provisão de juros sobre debêntures devido a quitação do empréstimo em 2021.
- (ii) Variação refere-se substancialmente a juros e multas referente a reapuração de IRPJ e CSLL devido a mudança do cálculo de ativo financeiro nos anos de 2018 e 2019 registrado no exercício de 2020.
- (iii) (Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN)

## 27 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (Lucro Real)

	31/12/2021	31/12/2020
<b>Lucro societário antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>149.416</b>	<b>100.806</b>
Adições/Exclusões não dedutíveis	(4.272)	(357)
Ajustes de ICPC 01	(46.769)	(1.508)
Juros s/ Capital Próprio	(5.980)	-
Amortização Ágio (Goodwill)	(30.035)	(30.035)
<b>Lucro Real</b>	<b>62.360</b>	<b>68.906</b>
IRPJ Antes Inc. Fiscais (25%)	(15.566)	(17.202)
Inc. Fiscais	830	563
<b>IRPJ devido (25%)</b>	<b>(14.736)</b>	<b>(16.640)</b>
<b>CSLL (9%)</b>	<b>(5.613)</b>	<b>(6.201)</b>
IR e CS correntes	(20.349)	(22.841)
IR e CS diferidos	(10.212)	(10.212)
	<b>(30.561)</b>	<b>(33.053)</b>
Alíquota efetiva	14%	23%

## 28 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 28.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Os instrumentos financeiros da Companhia demonstrado no quadro abaixo estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. /Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

## 28.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	27.001	153.213
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contas a receber - partes relacionadas	29	5.699	2.398
Concessionárias e permissionárias	8	16.717	13.140
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Financiamentos – terceiros	13	-	136.028
Fornecedores – terceiros	-	398	920
Fornecedores - partes relacionadas	29	555	162

## 28.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

### a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

### b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos Financeiros</b>		
Caixa e equivalente	27.001	153.213
Contas a receber partes relacionadas	5.699	2.398
Concessionária e Permissionárias	16.717	13.140
<b>Passivos Financeiros</b>		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	-	136.028

**c. Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

**d. Risco de crédito**

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

**e. Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## 29 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

**a. Ativo**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>5.699</u>	<u>2.398</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	4.445	2.332
Outros	<u>1.254</u>	<u>66</u>

**b. Passivo**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Fornecedores - partes relacionadas	<u>555</u>	<u>920</u>
Aluguel (ii)	-	8
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	341	698
Outros	<u>214</u>	<u>214</u>

### c. Resultado

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Resultado - partes relacionadas	<u>14.908</u>	<u>8.065</u>
Aluguel (ii)	(98)	(82)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	14.248	8.147
Receita de Dispêndios – Silvânia Transmissora de Energia (iii)	<u>758</u>	<u>-</u>

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas. A variação refere-se no aumento dos custos de folha de pagamento das Companhias do grupo devido ampliação do quadro de funcionários, inclusão de benefícios ao pacote dos funcionários (previdência privada) e alteração na premissa para cálculo na provisão do bônus.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH. A SGBH detém o direito sobre o prédio o qual opera e faz o rateio do aluguel para as subsidiárias, situadas no mesmo prédio.
- (iii) Valor refere-se a estudos técnicos vinculados à concessão da Companhia Silvânia Transmissora de Energia nos termos do art. 21 da lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

### d. Remuneração da Administração (pessoal – chave)

As remunerações de empregados das funções executivas da Companhia reconhecidos no resultado do período, estão apresentadas como segue:

<b>Valores reconhecidos no resultado</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Remuneração fixa e variável (*)		
Salário	1.245	1.062
Benefícios diretos e indiretos	340	165
Encargos	852	560
Provisões (13 salário, férias e bônus)	<u>1.240</u>	<u>1.108</u>
<b>Valor total da remuneração</b>	<u><b>3.677</b></u>	<u><b>2.895</b></u>

- (\*) Pró-labore, encargos, benefícios diretos e indiretos (plano de saúde, plano odontológico, seguro de vida e ticket refeição/alimentação) e bônus.

## 30 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

### **31 Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<b>Ativo</b>	<b>Tipo de cobertura</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	122.101	122.101
Veículos	Carros	<u>1.110</u>	<u>906</u>
		<u><b>143.211</b></u>	<u><b>143.007</b></u>